



Ata nº 034 da Sessão Ordinária nº 034, de  
22 de maio de 2014.

Às nove horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor SÉRGIO DANTAS para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1040012006-00; Prefeitura Municipal de Tailândia**; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Paulo Liberte Jasper; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Tailândia que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2006, de responsabilidade do Sr. Paulo Liberte Jasper, cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Deve ainda recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: 1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; 2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, I, "b", pelas contas irregulares em função da grave infração à norma legal, referentes a despesas realizadas com processos licitatórios irregulares; 3 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. Deve ainda ser recolhido aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$-52,51 (cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), referente à conta "Agente Ordenador"*". **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Tailândia a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício 2006, de responsabilidade do Sr. Paulo Liberte Jasper, com o recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, do valor de R\$-52,51 (cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), referente à conta "Agente Ordenador", bem como o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com recolhimento ao FUMREAP, no



prazo de 30 (trinta) dias, das seguintes multas: 1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais; 2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, I, "b", pelas contas irregulares em função da grave infração à norma legal, referente a despesas realizadas com processos licitatórios irregulares; 3 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/2012, III, "b", pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício devido. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 110022006-00; Câmara Municipal de Bagre; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Maria Maurícia Monteiro de Moraes; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Maria Maurícia Monteiro de Moraes - Presidente, responsável pela Câmara Municipal de Bagre, no exercício financeiro de 2006, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, as multas abaixo descritas: Ao Tesouro Municipal:- R\$-5.049,00 (cinco mil e quarenta e nove reais), referente a multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Presidente da Câmara Municipal, com fundamento no Art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pelo não envio dos RGF's; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual; Ao FUMREAP/TCM, - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, face a remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; R\$-20.000,00 (vinte mil reais), com base no Art. 282, I, "a" e "b", do Regimento Interno deste TCM/PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o Relator, com a exclusão da multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais) pela não apropriação dos encargos patronais. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Maria Maurícia Monteiro de Moraes, responsável pela Câmara Municipal de Bagre no exercício financeiro de 2006, que deverá recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor de R\$-5.049,00 (cinco mil e quarenta e nove reais), referente a multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos legalmente pagos a Presidente da Câmara Municipal, com fundamento no Art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pelo não envio dos RGF's; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 284, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, face a remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; R\$-20.000,00 (vinte mil reais), com base no Art. 282, I, "a" e "b", do Regimento Interno deste TCM/PA, pela incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro Cezar Colares quanto a exclusão da multa ao FUMREAP pela não apropriação dos encargos patronais, no valor de R\$-5.000,00 (cinco



mil reais). **Processo nº 150022006-00; Câmara Municipal de Benevides;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Abelardo Cruz da Silva (01.01 a 23.08.2006) e Sandra Palharini Campana (24.08 a 31.12.2006); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas da Sra. Sandra Palharini Campana, (período de 24.08 a 31.12.2006); e pela não aprovação das contas do Sr. Abelardo Cruz da Silva. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Sra. Sandra Palharini Campana, Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Benevides no período de 24.08 a 31.12.2006, com o recolhimento de multa pela remessa intempestiva dos RGF's no percentual de 05% (cinco por cento) dos vencimentos anuais da Ordenadora, que corresponde ao valor de R\$-1.570,00 (hum mil, quinhentos e setenta reais), na forma da Lei Federal nº 10.028/2000; e pela iliquidez das contas do Sr. Abelardo Cruz da Silva, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Benevides, no período de 01.01 a 23.08.2006. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento dos processos de nº's 05, 19, 21 e 22: **Processo nº 140112006-00; Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - SEMAJ;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Alynne de Nazaré Athayde de Lima; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Srª. Alynne de Nazaré Athayde de Lima, Ordenadora de despesas da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (SEMAJ), no exercício de 2006, com a expedição do Alvará de Quitação no montante de R\$-8.160.379,60 (oito milhões, cento e sessenta mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta centavos). **Processo nº 201308357-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários de Pessoal;** Interessado: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** *"contrariamente ao registro dos 40 (quarenta) Contratos Temporários firmados por aquela Prefeitura com Aldenor Trindade da Silva e outros para as funções de Professor Nível I – Zona Urbana, Professor Nível Especial I – Zona Urbana, Professor Nível I – Zona Indígena, Professor Nível Especial I – Zona Indígena, Auxiliar Operacional de Serviços Gerais – Zona Indígena, Auxiliar Administrativo – Zona Indígena. Sugiro ainda, a juntada à Prestação de Contas do exercício de 2013, uma vez expirado o prazo de vigência dos Contratos. Ademais, alguns dos contratos foram enviados intempestivamente a esta Corte de Contas, haja vista que foram assinados em 15 de março, 01, 02, 09, 08, 11, 15, 17, 19, 27 de abril, 02 e 03 de maio, todos do ano de 2013, mas protocolizados neste Tribunal somente em 04/06/2013. Por tratar-se de remessa superior a 60 dias e inferior a 90 dias, aplico ao responsável multa no valor de R\$-2.001,00 (dois mil e um reais), com base no Art. 284, inciso III, do Regimento Interno deste TCM/PA, a qual deverá ser imputada na competente*



prestação de contas do exercício de 2013, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do Ordenador, conforme previsto no Art. 285, do referido Regimento Interno". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves pediu VISTA dos autos. **Processo nº 201015894-00; Gabinete do Prefeito Municipal de Belém;** Convênio nº 019/2010; Responsável: Associação Nossa Senhora de Nazaré; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** "pelo cadastramento do Convênio nº 019/2010, firmado pelo Gabinete do Prefeito Municipal de Belém com a Associação Nossa Senhora de Nazaré". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves arguiu, em sede de preliminar, que a competência da matéria nesta fase é monocrática, no bojo da prestação de contas, a não ser que haja dano ao Erário, portanto não cabe apreciação do Plenário neste momento, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda. O Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. **Processo nº 201303480-00; Secretaria Municipal de Educação de Belém;** Convênio; Responsável: Universidade Federal do Pará; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** "voto pelo cadastramento do Convênio, firmado pela Secretaria Municipal de Educação de Belém e a Universidade Federal do Pará". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves arguiu, em sede de preliminar, que a competência da matéria nesta fase é monocrática, no bojo da prestação de contas, a não ser que haja dano ao Erário, portanto não cabe apreciação do Plenário neste momento, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda. O Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Às dez horas e quarenta minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 07: **Processo nº 524802007-00; Fundo de Previdência do Município de Oeiras do Pará - FAPEM;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: José Maria Moraes Barbosa; Instrução: Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda **Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo de Previdência do Município de Oeiras do Pará – FAPEM, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Maria Moraes Barbosa – Presidente do Fundo, em favor do qual deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 4.954.780,96 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), após recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta dias, das seguintes multas: 1 - R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no Art. 284, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela não remessa do Balanço Geral do exercício; 2 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 282, I, alínea "b" do Regimento Interno deste Tribunal, em pela manutenção de saldo em caixa no valor de R\$-622.230,83 (seiscentos e vinte e dois mil duzentos e trinta





reais e oitenta e três centavos), em descumprimento ao disposto no artigo 164, § 3º da CF e artigo 43 da LC 101/2000". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo de Previdência do Município de Oeiras do Pará – FAPEM, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Maria Moraes Barbosa – Presidente do Fundo, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-4.954.780,96 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta dias), das seguintes multas: 1 - R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no Art. 284, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela não remessa do Balanço Geral do exercício; 2 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no Art. 282, I, alínea "b" do Regimento Interno deste Tribunal, pela manutenção de saldo em caixa no valor de R\$-622.230,83 (seiscentos e vinte e dois mil duzentos e trinta reais e oitenta e três centavos), em descumprimento ao disposto no artigo 164, § 3º da CF e artigo 43 da LC 101/2000. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 04: **Processo nº 330022010-00; Câmara Municipal de Igarapé - Miri; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Miguel Dilson da Costa Afonso; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Igarapé-Miri, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Miguel Dilson da Costa Afonso, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Daniel Lavareda. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 06: **Processo nº 140052009-00; Gabinete do Prefeito de Belém; Prestação de Contas Anuais de Gestão – Exercício 2009; Responsável: Emerson José Vaughan de Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimaraes Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Gabinete do Prefeito de Belém, exercício de 2009, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, da multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do Art. 120-A, parágrafo único, IV do RI/TCM, pelas falhas constatadas nos processos licitatórios referidos que, pela sua natureza, não comprometem as contas. Após o recolhimento determinado, deverá ser expedido o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$ 17.146.205,55 (dezessete milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro



Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do Gabinete do Prefeito de Belém, exercício de 2009, **por maioria**, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias da multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do Art. 120-A, parágrafo único, IV, do RI/TCM, pelas falhas constatadas nos processos licitatórios referidos, que pela sua natureza, não comprometem as contas. Após o recolhimento determinado, deverá ser expedido o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$ 17.146.205,55 (dezessete milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 08: **Processo nº 113172010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bagre; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Cledson Farias Lobato Rodrigues; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 652042006-00; Fundo Municipal de Educação de Salinópolis; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Leonice Gomes Marcelino; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Educação de Salinópolis, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Leonice Gomes Marcelino, com o recolhimento ao FUMREAP, no valor de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), referente a intempestividade na remessa da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, com base no Art.284, IV do RI/TCM/PA*”. **Em votação**: o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Educação de Salinópolis, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Leonice Gomes Marcelino, **por maioria**, com o recolhimento ao FUMREAP no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), referente a intempestividade na remessa da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres, com base no Art. 284, IV do RITCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 200808639-00; Associação da Pia União do Pão de Santo Antônio da Paróquia de São Pedro; Prestação de Contas do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 025/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Maria de Fátima Moura Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A



Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação da Pia União do Pão de Santo Antonio da Paróquia de São Pedro, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 025/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-51.114,00 (cinquenta e um mil, cento e quatorze reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 200811019-00; Associação Projeto Reviver-Creche Betinho;** Prestação de Contas do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 014/06, firmado com a Funpapa; Responsável: Filomena Maria Abreu Neves; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação Projeto Reviver – Creche Betinho, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 014/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-16.339,20 (dezesesseis mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 200805668-00; Sociedade Civil Projeto Vitória Régia - Casa da Tia Babá;** Prestação de Contas do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 049/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Albanira Nascimento Rodrigues; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Sociedade Civil Projeto Vitória Régia – Casa da Tia Babá, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 049/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$ - 18.381,60 (dezoito mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 200907101-00; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém - APAE;** Prestação de Contas do 3º Termo Aditivo ao Convênio nº 023/2006, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Emanuel Ó de Almeida Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.644, de 19.05.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém - APAE, referente ao Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 023/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$ - 97.473,60 (noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e três



reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201217719-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1281/12, de 27/09/12 - Revisão de Proventos; Interessada: Valdete do Socorro Serrão Mourão; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1281/2012-GP/IPAMB, de 27/09/12, afetando consequentemente o registro anterior. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201300147-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1675/12, de 10/12/12 - Revisão de Proventos; Interessada: Vera Lúcia da Rocha Pereira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1675/2012-GP/IPAMB, de 10/12/12, afetando consequentemente o registro anterior. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201310935-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria - Portaria nº 56/2013, de 28.06.2013; Interessada: Oscarina Baia Nery; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Franco Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor convocado apresentou sua **proposta de Decisão: "pelo Registro da Portaria nº 056/2013 que aposenta a Sra. Oscarina Baia Nery, no cargo de Assistente Administrativo Educacional, com proventos integrais de R\$ - 1.184,68 ( um mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)".** **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares ratificou a proposta de decisão apresentada. A Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201120328-00; ALTAPREV - Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira; Aposentadoria - Resolução nº 016/2011; Interessada: Maria Aparecida dos Santos; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo).** Retirado de Pauta. **Processo nº 201117276-00; Instituto de Previdência do Município de Paragominas; Aposentadoria - Resolução nº 23/2011, de 29.09.2011; Interessada: Darcilene Santos Sousa; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo).** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 201002750-00; Prefeitura**





**Municipal de Paragominas;** Contrato nº 111/2010, Celebrado com a Empresa Locação e Comércio LTDA-ME; Interessado: Adnan Demachki; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 23: **Processo nº 201405483-00; Câmara Municipal de Bujaru;** Subsídio - Resolução nº 01/2014, de 27.02.14, que reajusta a Remuneração dos Servidores; Interessado: Marcelo Bastos de Souza; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pelo cadastramento da Resolução nº 01/2014, de 27/02/2014, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bujaru, que reajusta a remuneração dos servidores do Legislativo*”. **Em votação**: o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pela negativa de cadastramento do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Vencida a Conselheira Mara Lúcia. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201111070-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Afuá;** Aposentadoria - Portaria nº 011/2011; Interessada: Anamita Silva Moura; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Franco Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão**: “*pela negativa de registro da Portaria nº 011/2011 que aposenta a Sra. Anamita Silva de Moura, no cargo efetivo de Professor Pedagógico, por não atender o disposto no Artigo 40, §1º, Inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada. A Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201306648-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria nº 074/2013; Interessada: Sonia Maria Cunha da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Franco Dantas (Conselheiro Cezar Coalres). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão**: “*pelo registro da Portaria nº 074/2013 do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua, que aposenta a Sra. Sônia Maria Cunha da Silva, no cargo de Professor Nível II, com os proventos integrais no valor de R\$ - 3.105,22 (três mil, cento e cinco reais e vinte e dois centavos), conforme o disposto no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003*”. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada. A Conselheira Mara Lúcia, o



Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201219881-00; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeira do Arari;** Aposentadoria - Portaria nº 033/2013, de 30.11.2013; Interessado: Manoel Barbosa da Silveira; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Franco Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão:** "*pelo registro da Portaria nº 033/2013, que aposenta Manoel Barbosa da Silveira, no cargo de Operador de Motor Estacionário, com proventos integrais de R\$622,00 ( seiscientos e vinte e dois reais), com fulcro dos requisitos previstos no Art. 40, §1º, Inciso II da Constituição Federal/88, com redação dada pela EC nº 41/2003 (por contar com 70 anos ) e nos termos do §2º do Art. 201 da CF/88, recomendando o afastamento imediato do servidor para não caracterizar violação ao Estatuto do Idoso e também enriquecimento da administração Municipal*". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de Decisão apresentada. A Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Aloísio Chaves. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para registrar o transcurso natalício do Auditor Alexandre Cunha ocorrido no último dia 17.05, bem como do Auditor Sérgio Dantas em 21.05, externando votos de saúde e paz, no que foi acompanhada pelos Conselheiros presentes e pela Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e doze minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e dois de maio de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão